



MINISTÉRIO DA FAZENDA

CMVG

Sessão de 03 de agosto de 19 84

ACORDÃO Nº-CSR/03-01.205

Recurso nº RD/302-0.019

Recorrente FAZENDA NACIONAL

Recorrido SEGUNDA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

SUJEITO PASSIVO: CIA. DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO

FALTA OU EXTRAVIO DE MERCADORIA IMPORTADA: parágrafo único do art. 1º do Decreto-lei nº 37/66. Na determinação do valor do Imposto de Importação devido, para efeito de conversão da taxa de câmbio (dólar fiscal) e aplicação de alíquotas tarifárias, toma-se como referência a data em que se positivou a falta ou extravio da mercadoria (art. 23, parágrafo único, do referido Decreto-lei). Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto pela FAZENDA NACIONAL:

ACORDAM os Membros da Câmara Superior de Recursos Fiscais, por maioria de votos, dar provimento ao recurso para que seja aplicada a taxa de câmbio e alíquotas vigentes na data a que se refere o doc. de fls. 16, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Vencidos os Cons. Paulo Sérgio Vieira Lima e Paulo César de Ávila e Silva (Suplentes Convocados)

Sala das Sessões (DF), em 03 de agosto de 1984.

AMADOR OTERRELO FERNÁNDEZ

- PRESIDENTE

HAMILTON DE SÁ DANTAS

- RELATOR

LUIZ FERNANDO OLIVEIRA DE MORAES - PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros:
HINDEMBURGO DOBAL TEIXEIRA, JOSÉ FAÇANHA MAMEDE, EDWALDO REIS DA SILVA
e SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PROCESSO N.º 0711/011.461/81-58

RECURSO N.º: RD/302-0.019

ACÓRDÃO N.º:-CSRF/03-01.205

RECORRENTE: FAZENDA NACIONAL

RECORRIDA: SEGUNDA CÂMARA DO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

SUJEITO PASSIVO: CIA. DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso especial do ilustre Procurador da Fazenda Nacional junto à 2a. Câmara do 3º Conselho de Contribuintes face ao decidido no Acórdão nº 302-29.774, daquela Câmara, assim ementado:

"FALTA DE MERCADORIA IMPORTADA. Apuração em conferência de manifesto. Responsabilidade fiscal do tributo devido (I.I.) é a da entrada do respectivo navio. Recurso provido, por maioria de votos."

As razões da recorrente são, em síntese, as seguintes:

a) que a douta Segunda Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes deu provimento ao recurso ...considerando, como data de referência para cálculo do tributo, a da entrada do navio em território nacional;

b) sustenta, a seguir, que dita decisão diverge da proferida por esta egrégia Câmara Superior que vem consagrando o entendimento de que "só com a conferência final do manifesto, e por conseguinte, com o conhecimento da falta pela autoridade fiscal, se aperfeiçoa o fato gerador da obrigação, sendo, assim, a data do conhecimento da falta aquela que servirá de base para aplicação da taxa cambial."

c) acrescenta, ainda: "a decisão recorrida ao consi
derar como data de referência para cálculo do tribū
to a da entrada do navio, ocorrida em 19/7/81 con
trariou o Acórdão desta Câmara, eis que, na realida
de o conhecimento insofismável da falta sō se consu
mou quando a interessada o confirmou, ou seja, quan
do prestou os esclarecimentos de fls. 16.
Até então, o que havia era, apenas, presunção da o
corrência da falta.";

d) finalmente, pede a reforma da decisão recorrida,
"para que seja considerada como data base para cál
culo do tributo, a constante do documento de fls. 16
ou seja quando o contribuinte confirmou a falta de
volumes na descarga, como bem demonstrado na decla
ração de voto vencido do ilustre Conselheiro EDWAL
DO REIS DA SILVA."

Às fls.65 temos o despacho do Presidente da egrégia
2a. Câmara admitindo a divergência apontada, determinando a junta-
da aos autos de cópia do acórdão invocado e encaminhando o proces-
so a este superior colegiado.

Contra-arrazoando os argumentos sustentados pelo dig
no representante da Fazenda Nacional, temos, às fls.75/79 as alega
ções do sujeito passivo defendendo o princípio de que a entrada de
mercadoria extraviada no País sō se efetiva com a data de ingresso
do veículo transportador e é a partir desta que se tem a ocorrên
cia do fato gerador do tributo.

Invoca, ainda, decisão da titular da 1a. Vara da
Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, entendendo que
o fato gerador do Imposto de Importação é a entrada da mercadoria
no território nacional e que na hipótese de falta há uma entrada
ficta, pelo que considera o fato gerador na data em que o navio
atracou, decidindo, ao final, que a taxa de câmbio deverá ser a da
data em que o navio aportou.

Por fim, pede seja mantida a decisão recorrida.

É o relatório.



V O T O

Conselheiro HAMILTON DE SÁ DANTAS, Relator

Esta Câmara Superior de Recursos Fiscais já tem entendimento firmado sobre o assunto versado nos presentes autos, ex vi dos acórdãos nºs RP/302-0.077, RP/302-0.230 e RP/302-0.233 - dentre vários outros - caracterizando-se uma posição jurisprudencial iterativa. Destaco, então, para melhor fixação do tema, a fundamentação dos votos cujos acórdãos estão acima citados:

"No caso dos presentes autos, todavia, distinguem-se os momentos previstos em lei (art. 23, parágrafo único do referido Decreto-lei nº 37/66) para efeito de fixação dos valores cambiais-fiscais (taxa de "dólar" e alíquotas "ad-valorem"): o do conhecimento da falta e o da sua apuração. Um se antepõe ao outro por lapso de tempo superior a 1 (um) mês, o que nos leva a admitir a possibilidade da vigência, no momento precedente, de valores diversos para a taxa de conversão cambial e as próprias alíquotas aplicáveis.

"In casu", o conhecimento da falta ou extravio dos volumes pela autoridade fiscal somente se positivou em 12.10.78, após desfeitas, por declaração formal do próprio responsável, as esperanças quanto à descarga dos não descarregados".

No presente caso, também são submetidas à consideração deste colegiado três datas, entre as quais se dividiu a Câmara recorrida quanto à determinação de qual delas seria a do conhecimento da falta pela autoridade aduaneira, a saber: a da entrada do respectivo navio e conseqüente desembarço; a da representação fiscal; e, por fim, a do dia em que o contribuinte confirma a falta suscitada.

O voto vencedor se posiciona dentro do entendimento



de que essa data é a do despacho da mercadoria.

Entretanto, quanto a este, são inúmeras as decisões, não só do 3º Conselho de Contribuintes, como, também, desta Câmara Superior de Recursos Fiscais, no sentido de que não pode ela servir de marco para o conhecimento da falta pela autoridade aduaneira. Esse conhecimento, como, aliás, ressalta o recorrente, tem o seu momento fixado na lei - é a conferência final do manifesto (art. 25, do Decreto nº 63.431/68).

A respeito do enfoque supra, convém aditar recente decisão do egrégio Tribunal Federal de Recursos, expressa através do Acórdão resultante da Apelação Cível nº 80.576-RJ., publicado no Diário da Justiça de 6.10.83 (págs. 15.320), ementado nos seguintes termos:

"Tributário. Importação. Falta de mercadoria. Conferência de Manifesto. Decreto-lei nº 37, de 1.966, artigo 1º, parágrafo único e artigo 23, parágrafo único. Súmula nº 4 - TFR.

I - Mercadoria que consta ter sido importada e cuja falta vem a ser apurada pela autoridade aduaneira. D.L. 37/66, art. 1º, parágrafo único. O fato gerador, no caso, só se aperfeiçoa na data em que a autoridade aduaneira apurar a falta ou dela tiver conhecimento. D.L. 37/66, art. 23, parágrafo único.

II - Recurso desprovido. "(decisão da 4a. Turma do TFR., relator o Sr. Ministro Carlos Mário Velloso).

Transcrevo, do voto então prolatado pelo ilustre Ministro, o seguinte:

"No caso, conjugada a Súmula nº 4, desta Egrégia Corte, com o que está disposto no parágrafo único do art. 1º e parágrafo único do art. 23, do D.L. 37 de 1.966, força é concluir, como o fez a sentença, que o fato gerador só se aperfeiçoa com a ciência e apuração da falta".

Seguindo a mesma diretriz, esta Câmara Superior de Recursos Fiscais tem entendido que só com a conferência final do



manifesto e, por conseguinte, com o conhecimento da falta pela autoridade fiscal, aperfeiçoa-se o fato gerador da obrigação, sendo, assim, a data do conhecimento da falta aquela que servirá de base para aplicação da taxa cambial.

Quanto a esse ponto, há duas opiniões divergentes na Câmara recorrida: a dos que entendem que tal data é a da representação de fls. 01, em que o fiscal, que procede à conferência final do manifesto, solicita à autoridade aduaneira, a quem se subordina, intime o contribuinte e responsável a confirmar a ocorrência da falta cuja notícia consta dos documentos; a outra, que considera data base para aplicação da taxa cambial aquela em que o contribuinte confirma, por escrito, a ocorrência da falta.

Esta Câmara Superior tem optado pela terceira hipótese, baseada na simples constatação de que, ao inquirir o responsável sobre a ocorrência da falta, a autoridade fiscal não tem, obviamente, a certeza de sua consumação.

Assim, o conhecimento insofismável da falta, no entender deste colegiado (pela maioria de seus membros), só se confirma quando o contribuinte confirmou a ocorrência da falta de volumes na descarga.

Efetivamente, entendo que o simples fato da autoridade aduaneira receber, à chegada do navio, toda a documentação referente à carga, não a torna apta a tomar conhecimento de eventual falta na descarga, visto que tal conhecimento depende de um procedimento administrativo "a posterior" tendente a verificar se a falta realmente ocorreu, fato, aliás, que juridicizado à norma legal tipifica a figura jurídica do manifesto, de que cogita o Decreto nº 63.431, de 16 de outubro de 1968, em seu art. 25.

Some-se aos argumentos já expendidos, o que dispõe o parágrafo único do art. 1º, do Decreto-lei nº 37/66, ao lado do magistério do saudoso e sempre festejado Professor Aliomar Baleeiro sobre a matéria: "os elementos que compõem a essência do fato gera



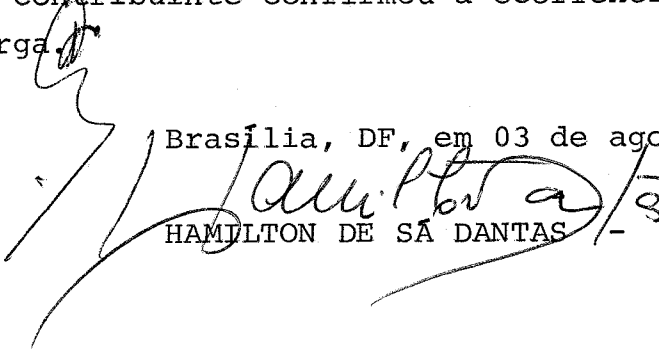
dor da obrigação tributária, nos casos de falta de mercadoria na descarga, são: (a) ter sido ela importada e (b) ter sido apurada a sua falta".

Ora, aqui está evidenciado que houve um procedimento administrativo, nos termos do art. 147 do CTN e que a apuração da falta só foi possível após a autoridade haver tomado conhecimento de sua ocorrência, exatamente através do transportador, a pessoa bem indicada para fazê-lo.

A consulta ao contribuinte sobre a ocorrência da falta é tão importante para caracterizar a infração que, em inúmeros processos, em que ele comprova a inexistência dessa falta, tem-se eximido de tributação.

Por isso, filiado a esta linha de raciocínio, voto, como já o fiz em ocasiões anteriores, por dar provimento ao recurso especial, para declarar que a data base para cálculo do tributo é a constante do documento de fls. 16, que se identifica como a em que o contribuinte confirmou a ocorrência da falta de volumes na descarga.

Brasília, DF, em 03 de agosto de 1984.


HAMILTON DE SÁ DANTAS - RELATOR